



**AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO nº 002/2022**

O Município de Ipameri, Estado de Goiás, através do Fundo Municipal de Saúde, com endereço na Avenida Pandiá Calógeras nº 84, Centro de Ipameri, Estado de Goiás, CNPJ nº 07.777.639/0001-27, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento para o **CRENCIAMENTO DE FARMÁCIAS**, em conformidade a ao previsto no inciso III do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo as condições estabelecidas neste Edital com início em **23/03/2022** e duração mínima prevista até **31/12/2022**, no horário das **08:00** às **11:00** e **14:00** às **16:00**, no Palácio Entre Rios, sito a Avenida Pandiá Calógeras nº 84, Centro.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações da Prefeitura de Ipameri-GO, no horário das 08 às 11 horas, no endereço acima indicado, ou pelo telefone (64) 3491 6000.

Prefeitura Municipal de Ipameri, Estado de Goiás, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2022.

**ERICO RANGELLI ROCHA DUARTE
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANDRÉ LUIZ VIEIRA DOS REIS
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**



**EDITAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022004988
CREDENCIAMENTO Nº 002/2022**

1. DO PROCESSO

1.1. O Município de Ipameri, Estado de Goiás, através do Fundo Municipal de Saúde, com endereço na Avenida Pandiá Calógeras nº 84, Centro de Ipameri, Estado de Goiás, CNPJ nº 07.777.639/0001-27, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento para o **CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS**, em conformidade a ao previsto no inciso III do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo as condições estabelecidas neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. Este procedimento tem por objeto credenciar pessoas jurídicas (Farmácias) para fornecimento de medicamentos relacionados na tabela ANVISA - Preço Máximo ao Consumidor (PMC), para dispensação voluntária, uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, no atendimento às pessoas carentes do Município de Ipameri, observados os prazos e procedimentos descritos neste instrumento e seus anexos.

3. ACESSO AO EDITAL E IMPUGNAÇÃO

3.1 - O presente edital encontra-se à disposição das interessadas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ipameri, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo site www.ipameri.go.gov.br.

3.2 - Informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos pelo fone (64) 3491-6001, pessoalmente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal ou pelo e-mail: licitacoes@ipameri.go.gov.br, em dias úteis, no horário de expediente.

3.3 - Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao Edital em questão, estará disponível no site supracitado, cabendo aos interessados a responsabilidade de acompanhá-las, não cabendo aos mesmos alegar desconhecimento.

3.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento da documentação de credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar



o ato convocatório do presente Edital, conforme disposições contidas no Art. 164 da Lei 14.133/2021.

3.5 - As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitações e protocoladas no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ipameri, em dias úteis, no horário de expediente.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão credenciar as empresas do ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação que manifestarem seu interesse.

4.2 - Será permitida a participação de empresas que se enquadrem nos termos da Lei Complementar nº 123/06, desde que, comprove os requisitos na fase de habilitação.

4.3 Não poderão participar do presente credenciamento as interessadas que estejam cumprindo sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

5. DA APRESENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar a documentação exigida no item 9, no prazo estabelecido no item 6.1, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, na sede da Prefeitura Municipal de Ipameri, junto à Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Independência, nº 100, Centro, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, cuja parte externa deverá constar a seguinte descrição:

**DE: (RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO)
PARA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPAMERI
DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº
CREDENCIAMENTO**

6. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes serão recebidos a partir da data de publicação deste Edital, até às 09 horas do dia 31/12/2022, podendo ser prorrogado por interesse da Administração Pública, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, os critérios de interesse público e os princípios gerais da administração pública.

7. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO



7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/credenciada deve atender às seguintes condições:

7.1.1. Estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

7.1.2. Fornecer os medicamentos pelos valores constantes na tabela fornecida no site da ANVISA, PREÇOS MÁXIMOS DE MEDICAMENTOS POR PRINCÍPIO ATIVO - PMC, conforme orçamentos que acompanham o presente processo considerando o percentual de desconto mínimo nos seguintes termos:

a) O percentual de desconto mínimo de 5% (cinco por cento), para linha de medicamento Éticos/Referencia;

b) O percentual de desconto mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), para linha de medicamentos Genéricos.

7.1.3. Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde de Ipameri.

7.2. O fornecimento dos medicamentos entre as farmácias credenciadas dar-se-á por meio de sequência de credenciamento, conforme ordem/autorização de fornecimento OU requisição expedida pelo setor requisitante a cada uma das farmácias credenciadas, que estabelecerá critérios objetivos para divisão igualitária da demanda.

7.3. A Credenciada fornecerá os medicamentos conforme receita médica, após autorização do setor competente.

7.4. É vedado à CREDENCIADA ceder ou transferir para terceiros a autorização de fornecimento.

7.5. A empresa CREDENCIADA deverá comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, eventual alteração do endereço de localização.

7.6. A CREDENCIADA deverá comunicar ao CREDENCIANTE qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

8. DAS OBRIGAÇÕES PARA FORNECIMENTO

8.1. Os medicamentos somente deverão ser fornecidos/entregues pela CREDENCIADA mediante apresentação de requisição autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente acompanhada da receita médica, de acordo com a especificação e quantidade estabelecida, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de uso.

8.2. No caso de a CREDENCIADA não possuir o medicamento solicitado, deverá providenciar no prazo máximo de 24 horas, ou a critério do munícipe, verificar a disponibilidade dentre as farmácias credenciadas.

8.3. Para os casos de mais de uma marca com o mesmo princípio ativo, constante no guia da farmácia, a CREDENCIADA deverá fornecer o medicamento (marca) de menor preço.

9. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CREDENCIAMENTO

9.1. A interessada deverá apresentar cópias autenticadas ou as cópias acompanhadas dos originais, dos seguintes documentos:

9.1.1. Certificado de Registro de Farmácia - CRF;

9.1.2. Alvará da Vigilância Sanitária;

9.1.3. Alvará e/ou certidão de funcionamento;

9.1.4. Contrato social e respectivas alterações, ou estatuto acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;

9.1.5. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

9.1.6. Certidão Negativa de Débitos Federais;

9.1.7. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

9.1.8. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

9.1.9. Certificado de Regularidade do FGTS;

9.1.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440/2011);

9.1.11. Declaração de que concorda e se compromete a realizar o fornecimento de medicamentos (Anexo I).

9.1.12. Declaração de idoneidade;

9.1.13. Declaração de não emprega menores de 16 anos ou de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.14 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, obtida no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>, comprovando a regularidade em relação as certidões integrantes.

9.1.14.1 Havendo pendência/irregularidade em qualquer das certidões descritas na consulta junto ao TCU, será considerado como não apresentada, com a conseqüente inabilitação da empresa interessada

9.1.14.2 Em caso de impossibilidade de obtenção da consulta consolidada, cada certidão deverá ser emitida individualmente.



9.1.15 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pela Comarca da sede da pessoa jurídica proponente, com, no máximo, 60 dias de vigência.

10. JULGAMENTO

10.1. Os documentos relativos à habilitação serão analisados à medida que os envelopes forem sendo recebidos, em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, com divulgação periódica.

10.2. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

11. CREDENCIAMENTO

11.1. Serão credenciadas todas as empresas que comprovarem a habilitação exigida neste edital.

11.2. Não serão credenciadas as empresas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, bem como, as empresas consideradas impedidas e/ou inidôneas, ou ainda, que estiverem em regime de recuperação judicial.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Será publicada a relação das farmácias credenciadas e não credenciadas.

12.2. As publicações serão feitas pelo seguinte meio:

12.2.1. Site da Prefeitura Municipal de Ipameri (www.ipameri.go.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios.

13. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

13.1. A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico.

13.2. O Município convocará a empresa credenciada para assinatura do Contrato Administrativo, conforme minuta de Contrato (Anexo II).

11.3. Para assinatura do Contrato Administrativo, a empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 90, da Lei nº. 14.133/2021;

11.4. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o



máximo de 05 (cinco) anos, caso haja interesse da administração, com anuência da credenciada, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas com a execução deste edital correrão por conta de Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

| Unid | Funcional | F. Recursos | Origem | Ficha | CD./Descrição |
|-------------|---|--------------------|---------------|--------------|---|
| 1301 | 10.303.02330.2317 Programa da Farmácia Básica | 102 | Ordinário | 20222654 | 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA |

15. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

15.1. A remuneração pelos medicamentos fornecidos será de acordo com os valores atualizados na tabela ANVISA - Preço Máximo ao Consumidor (PMC) sucedido do desconto mínimo de 5% (cinco por cento) para linha de medicamento Éticos/Referencia e 25% (vinte e cinco por cento) para linha de medicamentos Genéricos.

15.2. O pagamento e liquidação da nota fiscal, emitida regularmente pela CREDENCIADA, será realizado em até 30 (trinta) dias após sua certificação e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, através de transferência na conta corrente da contratada ou emissão de boleto bancário.

15.2.1. A empresa credenciada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a relação dos munícipes atendidos com as respectivas requisições de fornecimento, devidamente rubricadas por servidores da Secretaria Municipal de Saúde e pelo beneficiado.

15.2.2 - Na opção pela transferência bancária para instituição financeira diversa daquela em que estiver depositado o recurso público, caberá à CREDENCIADA arcar com as despesas da TED/DOC/PIX.

15.3 - Qualquer pagamento somente será realizado quando a empresa contratada estiver regular em relação aos documentos dos subitens 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9 e 9.1.10 deste Edital.

15.4 – Estima-se o valor total de R\$ 1.357.106,75 (hum milhão trezentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais e setenta e cinco centavos), tendo em vista o



valor estimado gasto no exercício anterior, sendo de R\$ 1.130.922,29 (hum milhão cento e trinta mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos), os quais serão distribuídos entre os credenciados, conforme previsão constante no termo de referência.

16. RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo.

16.2. Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couber, as hipóteses previstas nos incisos do Art. 137 da Lei 14.133/2021.

17. DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES.

17.1. Recursos:

17.1.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações caberá recurso nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021;

17.1.2. O recurso deverá ser interposto mediante petição, devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações;

17.1.3. O recurso deverá ser entregue no setor de protocolo da sede da Prefeitura do Município de Ipameri, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação.

17.2. Descredenciamento:

17.2.1. Ocorrerá o descredenciamento quando:

a) Por algum motivo a empresa credenciada deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital e no contrato administrativo;

b) Por qualquer motivo o contrato entre a credenciada e a Administração municipal for rescindido.

17.3. Sanções:

17.3.1. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa da credenciada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

b) Impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;

c) Declaração de inidoneidade.

18. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:



18.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designa como Gestora e Fiscal deste Edital, o Servidor Cristian Douglas Cardoso da Silva, Superintendente Municipal, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais contábeis, além do acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CREDENCIADA, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

18.2. As exigências e a atuação da fiscalização pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Credenciada no que concerne ao eventual fornecimento de medicamentos indevido, equivocado, inapropriado ou vencido.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I - Modelo de declaração

Anexo II - Minuta de contrato

Anexo III – Termo de Referência

19.2. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

19.3. O Fundo Municipal de Saúde, através da Comissão Permanente de Licitações do Município de Ipameri, na forma do disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

19.4. Administração Municipal poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

19.5. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

Prefeitura Municipal de Ipameri, Estado de Goiás, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2022.

**ERICO RANGELLI ROCHA DUARTE
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Prefeitura Municipal de Ipameri - Av. Pandiá Calógeras, 84 - Centro
Fone: 064 3491-6001 – e-mail – prefeitura_ipameri@hotmail.com
CNPJ 01.763.606.0001-41



ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E COMPROMETIMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. /2022 – FMS DECLARAÇÃO

À
Comissão Permanente de Licitações

A empresa, com sede administrativa a Rua..... nº. Bairro, na cidade de, Estado de, inscrita no CNPJ sob nº....., telefone (.....), e-mail....., neste ato representado por seu sócio administrador, inscrito no CPF sob nº....., residente e domiciliado na cidade de....., Estado de, solicita seu credenciamento e declara que aceita o valor fixado no presente Edital.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (COM PODERES PARA TAL).

NOME COMPLETO: _____
NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
CARGO OU FUNÇÃO: _____
IDENTIDADE N.º: _____
CPF/MF N.º: _____

Ipameri-GO, de de 2022.

Nome:



ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2022

O **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na _____-, inscrito no CNPJ sob nº _____, neste ato representado por seu gestor, Sr. xxx, inscrita no CPF sob nº xxx, residente e domiciliada em Ipameri – GO, doravante denominado de **CRENCIANTE** e a empresa **xxx**, inscrita na CNPJ nº xxx, estabelecida na xxx, neste ato representada pelo representante legal, xxx, residente e domiciliado no município de xxx, inscrito no CPF sob nº xxx, doravante denominada de **CRENCIADA**, de comum acordo e com amparo na Lei nº 14.133/2021, consolidada, e Processo Licitatório nº xx/2022, na modalidade de Credenciamento nº xx/2022, resolvem celebrar o presente termo aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de farmácias para fornecimento de medicamentos relacionados na tabela ANVISA - Preço Máximo ao Consumidor (PMC), para dispensação de medicação, uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, no atendimento às pessoas carentes do Município de Ipameri.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O fornecimento dos medicamentos deverá ser feito da seguinte forma:

a) Os medicamentos somente deverão ser fornecidos/entregues pela CRENCIADA, mediante apresentação de requisição autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente acompanhada da receita médica, de acordo com a especificação e quantidade estabelecida, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de uso.

b) No caso de a CRENCIADA não possuir o medicamento solicitado, deverá providenciar no prazo máximo de 24 horas, ou a critério do munícipe, verificar a disponibilidade dentre as farmácias credenciadas.

c) Para os casos de mais de uma marca com o mesmo princípio ativo, constante no guia de farmácia, a CRENCIADA deverá fornecer o medicamento (marca) de menor preço.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

O CREDENCIANTE deverá:

- a) Efetuar o pagamento à CREDENCIADA de acordo com o estabelecido neste contrato;
- b) Fornecer à CREDENCIADA todos os dados e informações necessários.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Constituem obrigações da CREDENCIADA:

- a) Fornecer os medicamentos através de seu quadro técnico-profissional, com todo zelo, diligência e sigilo;
- b) Manter o padrão técnico que lhe tenha sido atribuído pelos órgãos oficiais de saúde, bem como cumprir as legislações federais, estaduais e municipais inerentes à atividade, resguardando os interesses do CREDENCIANTE e sua Unidade Gestora, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais, sujeitando-se, ainda às normas do Código de Ética Profissional do Farmacêutico-Bioquímico, aprovado pela Resolução nº. 290 de 26/04/1996 do Conselho Federal de Farmácia;
- c) Fornecer ao CREDENCIANTE todas as informações relativas ao andamento dos serviços contratados;
- d) Emitir no final de cada mês a nota fiscal correspondente às coletas realizadas;
- e) Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de credenciamento e qualificação exigidas no fornecimento de medicamentos.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA

Constituem responsabilidades da CREDENCIADA:

- a) A CREDENCIADA é responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o fornecimento de medicamentos, bem como por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias, em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste contrato, e, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.
- b) A CREDENCIADA responsabilizar-se-á pelos eventuais danos causados ao CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.
- c) A CREDENCIADA é responsável única, integral e exclusiva, no que concede aos danos ocasionados pelo fornecimento de medicamentos indevidos, equivocados, inapropriados ou vencidos.



d) A CREDENCIADA deverá comunicar ao CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 135 da Lei 14.133/2021.

e) Atender os beneficiados com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

f) Exibir em local visível, na fachada principal da sede, placa ou cartaz informando a condição de Credenciada junto ao Município de Ipameri.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O CREDENCIANTE pagará pelos medicamentos fornecidos pela CREDENCIADA, conforme descrito na Cláusula Primeira, em valor correspondente à tabela atualizada da ANVISA-PMC, de acordo com a pesquisa de mercado realizada, para cada unidade de medicamento aplicando o desconto mínimo de:

- a) 5% (cinco por cento), sobre a medicação Ética/Referência;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) sobre a medicação genérica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento e liquidação da nota fiscal, emitida regularmente pela CREDENCIADA, será realizado em até 30 (trinta) dias após sua certificação e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, através de transferência na conta corrente da contratada ou emissão de boleto bancário.

7.1.1. A empresa credenciada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a relação dos munícipes atendidos com as respectivas requisições de fornecimento, devidamente rubricadas por servidores da Secretaria Municipal de Saúde e pelo beneficiado.

7.1.2. Na opção pela transferência bancária para instituição financeira diversa daquela em que estiver depositado o recurso público, caberá à CREDENCIADA arcar com as despesas da TED/DOC/PIX.

7.2. Qualquer pagamento somente será realizado quando a empresa contratada estiver regular em relação aos documentos dos subitens 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9 e 9.1.10 do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

O presente instrumento terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

O presente contrato não servirá, em hipótese alguma, como fundamento para constituição de vínculo trabalhista com o Município CREDENCIANTE de empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CREDENCIADA colocar a serviço para cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designa como **Gestor e Fiscal deste contrato**, _____, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais contábeis, além do acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CREDENCIADA, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO OU DESCREDENCIAMENTO.

a) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista em lei ou regulamento administrativo;

b) Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas nos incisos do Art. 137 da Lei 14.133/2021.

c) Ocorrerá o descredenciamento quando:

I - Por algum motivo a CREDENCIADA deixar de atender as condições estabelecidas neste contrato administrativo;

II - Por qualquer motivo houver a rescisão do contrato pactuado entre a CREDENCIADA e CREDENCIANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa da CREDENCIADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão a contas da seguinte dotação orçamentária:

| Unid | Funcional | F. Recursos | Origem | Ficha | CD./Descrição |
|------|---|-------------|-----------|----------|---|
| 1301 | 10.303.02330.2317 Programa da Farmácia Básica | 102 | Ordinário | 20222654 | 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA |

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Ipameri – GO.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Ipameri-GO, __ de _____ de 2022.

GESTOR(A) DO FUNDO

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF



ANEXO III TERMO DE REFERÊNCIA CREDENCIAMENTO FARMÁCIAS

I – OBJETO

O presente edital tem por objeto credenciar FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REMUNERAÇÃO

Além das disposições contidas no procedimento administrativo, o presente credenciamento terá como referência de valores os descritos na Tabela atualizada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA do qual constam os PREÇOS MÁXIMOS DE MEDICAMENTOS POR PRINCÍPIO ATIVO, PREÇO FÁBRICA - PF (PREÇO PARA LABORATÓRIOS E DISTRIBUIDORES) PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR - PMC (PREÇO PARA FARMÁCIAS E DROGARIAS) e índice de desconto de 5% (cinco por cento), sobre a medicação Ética/Referência e 25% (vinte e cinco por cento) sobre a medicação genérica, conforme pesquisa de mercado relacionada, disponível no link abaixo:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>

Estima-se o valor total de R\$ 1.357.106,75 (hum milhão trezentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais e setenta e cinco centavos), tendo em vista o valor estimado gasto no exercício anterior, sendo de R\$ 1.130.922,29 (hum milhão cento e trinta mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos), os quais serão distribuídos entre os credenciados, conforme previsão constante neste termo de referência.

a) Preços de Medicamentos (Preço Fábrica e Preço Máximo ao Consumidor)

A lista de Preços de Medicamentos contempla o Preço Fábrica ou Preço Fabricante que é o preço praticado pelas empresas produtoras ou importadoras do produto e pelas empresas distribuidoras. O PF é o preço máximo permitido para venda a farmácias, drogarias e para entes da Administração Pública. Apresenta, também, o



Preço Máximo ao Consumidor, o qual é praticado pelas farmácias e Drogarias. O PMC é o preço máximo permitido para venda ao consumidor e inclui os impostos incidentes por estado.

Sendo assim, a farmácia ou drogaria que desejar se credenciar deverá observar os valores aplicados na referida tabela.

III JUSTIFICATIVA

Considerando que todo cidadão possui direito à saúde, e esta é dever do Estado, conforme estabelece a Carta Magna, a municipalidade por diversas vezes, através da Secretaria Municipal de Saúde, deve cumprir mandados judiciais de fornecimento **imediato**, bem como, fornecer também para casos especiais de munícipes economicamente carentes, medicamentos **que não se encontram previstos** na listagem geral dos costumeiramente licitados pelo município ou que não se encontram disponíveis na Farmácia Básica, fazendo-se necessário que o município mantenha disponível fornecedor com logística capaz de atender com eficácia essa demanda especial.

Assim, através do Credenciamento das farmácias locais e com possibilidade de fornecedor com estabelecimentos próximos, o que facilita a entrega dos produtos em curto espaço de tempo, tem-se uma alternativa viável para dentro do princípio da legalidade e da eficiência atender a população Ipamerina

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal compele a realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas possam participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar. Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a



rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

No caso em comento, a nova Lei de Licitações além de ter deixado entendimento expresso sobre o procedimento de credenciamento, tornou mais abrangente as hipóteses de utilização de credenciamento, como é o caso previsto no inciso III do Art. 79 da Lei 14.133/2021, vejamos:

Logo em seu Art. 6º traz a seguinte definição:

Art. 6º (...)

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Ato contínuo, sobre a hipótese de mercados fluidos, sendo justamente o caso de medicamentos:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

(...)

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

(...)

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

IV. DAS OBRIGAÇÕES PARA FORNECIMENTO

IV.I. Os medicamentos somente deverão ser fornecidos/entregues pela CREDENCIADA mediante apresentação de requisição autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente acompanhada da receita médica, de acordo com a especificação e quantidade estabelecida, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de uso.



IV.II. No caso de a CREDENCIADA não possuir o medicamento solicitado, deverá providenciar no prazo máximo de 24 horas, ou a critério do munícipe, verificar a disponibilidade dentre as farmácias credenciadas.

IV.III. Para os casos de mais de uma marca com o mesmo princípio ativo, constante no guia da farmácia, a CREDENCIADA deverá fornecer o medicamento (marca) de menor preço.

V. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

V.I. São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I - Modelo de declaração

Anexo II - Minuta de contrato

Anexo III – Termo de Referência

V.II. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

V.II. O Fundo Municipal de Saúde, através da Comissão Permanente de Licitações do Município de Ipameri, na forma do disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

V.III. Administração Municipal poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

V.IV. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

Prefeitura Municipal de Ipameri, Estado de Goiás, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2022.

**ERICO RANGELLI ROCHA DUARTE
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**